



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

Cap Alu **JEOVÁ** OLIVEIRA DE ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA
ANÁLISE DA AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO REGENCIAL, NA
OPERACIONALIDADE DE LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, O DUQUE DE CAXIAS
(1831 – 1840)**

**RECIFE
2021**

Cap Alu **JEOVÁ** OLIVEIRA DE ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO REGENCIAL, NA OPERACIONALIDADE DE LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, O DUQUE DE CAXIAS (1831 – 1840).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos.

Orientador: Major Luciano **MASCENA** da Cruz Rocha

RECIFE
2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

A663i Araújo, Jeová Oliveira de.

A importância da defesa ao longo da história do Brasil: uma análise da ação do Exército Brasileiro no Período Regencial, na operacionalidade de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1831 – 1840) / Jeová Oliveira de Araújo.- 2021..
38 f.

Orientador: Maj Luciano Mascena. da Cruz Rocha.
Trabalho de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, 2021.
Referências: f. 37-38.

1. EXÉRCITO BRASILEIRO. 2. DUQUE DE CAXIAS 3. DEFESA. I. Rocha, Luciano Mascena da Cruz (Orientador). II. Escola de Saúde do Exército. III. Título.

CDD 355.091

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

Cap Alu **JEOVÁ** OLIVEIRA DE ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO REGENCIAL, NA OPERACIONALIDADE DE LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, O DUQUE DE CAXIAS (1831 – 1840).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização em Ciências Militares.

Orientador (a): Maj Luciano **MASCENA** da Cruz Rocha

Aprovada em _____ de _____ de 2021.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Maj Luciano **MASCENA** da Cruz Rocha
Orientador

Cap. Otávio Augusto B. Soares
Avaliador

Tem. Fernanda V. C. Orlandini
Avaliadora

Para Paulo, Laura e Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à minha companheira, Janiclébea, pelos esforços desprendidos para que eu pudesse lograr êxito nesta caminhada. Aos meus amigos e colegas de curso, pelo compartilhar dos sorrisos e agonias. Aos professores.

Soldados, o General que vos guia nunca foi vencido!

Luís Alves de Lima e Silva

RESUMO

Esta pesquisa, que se constitui de cunho qualitativo e promotora de uma abordagem bibliográfica, trouxe à luz a operacionalidade de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, em eventos ocorridos no chamado Período Regencial brasileiro. Especifica as ações do militar citado e mostra a importância do Exército Brasileiro, no referente à defesa ao longo da história do Brasil. Como elemento justificador desta pesquisa tem-se o fato da necessidade de se lançar luz sobre a importância da instituição Exército Brasileiro, no referente à guarda e defesa da integridade nacional.

Palavras – chave: Exército Brasileiro, Duque de Caxias, Defesa, Integridade.

ABSTRACT

This research, which is qualitative and promotes a bibliographical approach, brought to light the operationality of Luís Alves de Lima e Silva, the Duque de Caxias, in events that took place in the so-called Brazilian Regency Period. It specifies the actions of the aforementioned military and shows the importance of the Brazilian Army, in terms of defense throughout the history of Brazil. As an element that justifies this research, there is the need to shed light on the importance of the Brazilian Army institution, in terms of guarding and defending national integrity.

Keywords: Brazilian Army, Duque de Caxias, Defense, Integrity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVO.....	11
1.2.1	Objetivo Geral	11
1.2.2	Objetivos Específicos	11
1.3	JUSTIFICATIVA	11
2	METODOLOGIA	13
2.1	Procedimentos para a Revisão de Literatura.....	13
3	REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1	LUIS ALVES DE LIMA E SILVA, O DUQUE DE CAXIAS: BREVE BIOGRAFIA	14
3.2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PERÍODO REGENCIAL BRASILEIRO	17
3.2.1	Chegada da Família Real ao Brasil e o Período Joanino (1808 – 1821).....	18
3.2.2	A Revolução Liberal do Porto (1820).....	22
3.2.3	O Primeiro Império (1822 – 1831).....	24
3.3	O PERÍODO REGENCIAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DE LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA	27
3.3.1	As Revoltas do Período Regencial.....	28
3.3.2	A atuação de Luís Alves de Lima e Silva nas revoltas do Período Regencial.....	29
3.3.2.1	A Balaiada (1838 – 1840).....	29
3.3.2.2	A Revolução Farroupilha (1836 – 1845).....	32
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	37

A importância da defesa ao longo da história do Brasil: uma análise da ação do exército brasileiro no período regencial, na operacionalidade de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (1831 – 1840).

JEOVÁ OLIVEIRA DE ARAÚJO¹

LUCIANO MASCENA DA CRUZ ROCHA²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho terá como objetivo analisar a importância da ação do Exército Brasileiro, na operacionalidade de Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no referente à pacificação das rebeliões ocorridas no Período Regencial (1831- 1840)

Diante do clima de instabilidade e ameaça que se instalou no Brasil a partir das várias revoltas que eclodiram no Período Regencial, a atuação do Exército brasileiro se fez fundamental para a estabilização do território brasileiro e a garantia da pacificação, uma prática que, historicamente, “acompanha toda a história do país” (Souza et al, 2017, p. 10).

A análise das ações empreendidas pelo Duque de Caxias, constitui-se, desse modo, uma privilegiada fonte de compreensão de como o Exército Brasileiro deu, ao longo de sua história e desenvolvimento institucional, contributo definitivo à manutenção da unidade territorial, bem como à garantia da defesa.

1.1 PROBLEMA

Diante da ameaça posta à integridade territorial brasileira, no período chamado Regencial (1831-1840), fez-se necessário uma ação contundente do Exército Brasileiro para a manutenção da continuidade da unidade do território.

Tomando como campo de análise a participação do Exército nos confrontos que se deram nas províncias, a instabilidade que marcou o Brasil à época, fez necessário uma atuação com vistas a resguardar a defesa das leis e da ordem brasileira.

¹ Cap Médico Generalista, Escola de Saúde do Exército. E-mail: jeovaaraujo@hotmail.com

² Maj Escola de Saúde do Exército.

Como compreender a atuação e, também, de que maneira a conjuntura sócio-política à época atuou de modo a “chamar à cena” o Exército brasileiro para, por meio de ações pacificadoras, estabelecer a manutenção da ordem é pertinente a uma reflexão sobre a História do a partir da sua prerrogativa de garantia da defesa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a importância da ação do Exército Brasileiro, na operacionalidade de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no referente à pacificação das rebeliões ocorridas no Período Regencial (1831- 1840)

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as estratégias utilizadas por Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, na pacificação das revoltas do período regencial e na manutenção da unidade territorial.
- Averiguar as condições socioeconômicas do contexto histórico, que implicaram no modelo de atuação empregado pelo Exército Brasileiro.
- Averiguar a importância da defesa na manutenção da unidade territorial, a partir da ação do Exército Brasileiro.

1.3 JUSTIFICATIVA

Tomando o processo de desenvolvimento histórico do Brasil, é possível perceber como a missão do Exército brasileiro de Defesa da Pátria foi sendo reafirmada ao longo de várias constituições³. Assim, analisando a evolução histórica das Forças Armadas como um dado que acompanha o próprio desenvolvimento histórico da nação (Alvarez, 2017),

³ Corroborando com o dito, Alvarez (2017, p.1) afirma que: “As Forças Armadas passaram por uma evolução ou por, pelo menos, mudanças de função no Brasil, conforme o caminhar histórico brasileiro. Tendo isso em vista, tal setor já migrou no cenário brasileiro de principal à coadjuvante algumas vezes. Contudo, mesmo tendo entrado e saído do foco dos holofotes da política nacional, com exceção da constituinte de 1937, o exército brasileiro teve praticamente sempre a mesma missão constitucional.”

percebe-se que, em momentos decisivos, este papel acresce-se da prerrogativa de, também, resguardar a defesa das leis e da ordem⁴.

Desse modo, na análise do Período Regencial (1831-1840), diante da turbulência social que sacudiu diversas províncias brasileiras, é possível enxergar a centralidade do Exército Brasileiro como instituição determinante na construção e consolidação do Estado Nacional brasileiro, tendo sido essencial para a “implantação e efetivação de medidas de um governo central” (JÚNIOR, 2010. p. 5). Neste contexto, destaca-se a atuação de Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, a partir do seu papel decisivo frente ao Exército brasileiro diante da tarefa de conter os ataques dos adversários políticos e como braço de subordinação e dominação dos grupos rivais.

Embora uma recente historiografia venha revisando a importância da atuação centralizadora do exército no período regencial (COELHO, 1976; FAORO, 2001; HOLLANDA, 2004; CARVALHO, 2003)⁵, a figura do Duque de Caxias, a partir de sua operacionalização, está imbuída de ideias sociais, culturais e políticas que carecem ser reafirmados enquanto importante contributo do Exército ao desenvolvimento da própria consciência e, principalmente, à unidade nacional.

Tendo implicações diretas no que concerne à valorização do simbolismo nacional e da própria construção da história da instituição, é de suma importância que o tema da importância da defesa seja alvo de debates e estudos dos militares na contemporaneidade, com ênfase nos aspectos históricos que possam fornecer os subsídios para uma leitura revisitada e atual da centralidade da operacionalidade de ícones como Luís Alves de Lima e Silva, O Duque de Caxias.

Enfatizando aspectos característicos da atividade militar, no Período Regencial (1831-1840), destacar o caráter centralizador e aglutinador presente na ação do Exército diante dos levantes provinciais à época trata-se de um contributo à compreensão das

⁴ Do ponto de vista constitucional, foi a partir de 1891, com a Constituição da República, a segunda das Cartas Magnas brasileiras, que apareceu no texto a ideia de “defesa da Lei e da Ordem” enquanto função do Exército Brasileiro. Do ponto de vista formal, esta Constituição trouxe, ainda, as questões relativas ao Exército desde as suas Disposições Preliminares, denotando a importância desta instituição junto ao Estado, fato denunciado pelo aparecimento no texto tanto da definição, quanto das funções das Forças Armadas antes até do texto que dizia respeito à organização do próprio Estado. C.f.: Campanhole & Campanhole (1987)

⁵ Em perspectivas diferentes, tais autores convergem a respeito da ideia de que a partir da formação da Guarda Nacional, durante o período regencial, aponta-se para um enfraquecimento do Exército e mesmo para o que denominam como um processo de erradicação do Exército Nacional e dos militares que o compunham.

condicionalidades e dos desafios impostos à consecução do projeto de construção nacional, aspecto ainda relevante ao Exército brasileiro.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou a revisão de literatura ou revisão bibliográfica como metodologia para o desenvolvimento dos propósitos deste trabalho. Desse modo, conforme Alves-Mazzotti (2002), busca-se, inicialmente, a construção de uma contextualização para o problema para, em seguida, estabelecer a análise das possibilidades presentes na literatura a ser consultada para a concepção do referencial teórico que embasa esta pesquisa.

Com vistas a aprofundar a análise acerca da ação do Exército Brasileiro no Período Regencial, na operacionalidade do Duque de Caxias, busca-se construir um estudo do tipo “estado da arte” (PICHETH, 2007; ROMANOWSKI; ENS, 2006). Esta permitirá a presente pesquisa consolidar os conhecimentos sobre a história do Exército Brasileiro enfatizando, em seu desenvolvimento, a importante atuação no que diz respeito à defesa do território nacional.

2.1 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DE LITERATURA

Para precisar a definição de termos, assim como também para o levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico que possibilite estabelecer a análise será realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

A. Fontes de busca

- Artigos científicos das bases de dados do Scholar Google, PubMed, do LILACS, do SCIELO e do ISI;
- Livros e monografias da Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
- Monografias do Sistema de Monografias e Teses do Exército Brasileiro.
- Obras de caráter historiográfico e biográfico

B. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

A fim de realizar a busca no tocante ao assunto, será utilizada a localização dados eletrônicos, por meio de sites de busca na internet. A fim otimizar a busca, serão utilizados os seguintes termos descritores: “Exército Brasileiro e defesa”; “pacificação”; “Revoltas do Período Regencial”; “Duque de Caxias”; “unidade territorial brasileira e Exército”.

C. Critérios de inclusão

- Estudos publicados em português.
- Estudos publicados acerca do Período Regencial, tomando por base suas revoltas e a atuação do Exército brasileiro.
- Estudos sobre o conceito e aplicabilidade de pacificação por parte do exército ao longo da história do Brasil.
- Documentos de época (fontes primárias), tais como cartas, instruções internas do Exército Brasileiro, documentos oficiais, jornais.
- Estudos que analisam a Biografia e atuação do Duque de Caxias

D. Critérios de exclusão

- Estudos que não sejam relacionados à análise do Período Regencial e suas revoltas e nem tenham relação com o papel desempenhado pelo Duque de Caxias

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 LUIS ALVES DE LIMA E SILVA, O DUQUE DE CAXIAS: BREVE BIOGRAFIA

Nasceu em 25 de agosto de 1803, em Porto Estrela, no rio de Janeiro e faleceu em 7 de maio de 1880, também no Rio de Janeiro, no município de Valença. Era filho de Francisco de Lima e Silva e de Mariana Cândido de Oliveira Belo. Seu pai foi brigadeiro do Exército, senador e presidente da província de Pernambuco e foi, por Dom Pedro I, condecorado com o título de Barão de Barra Grande.

Figura 1 – Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/duque-de-caxias/>

A vocação militar de Luís Alves de Lima e Silva provavelmente se devesse ao fato de seu avô, seu pai e seu tio terem pertencido ao Exército. Aos cinco anos de idade já era cadete, visto que “esta prática era comum na época, sobretudo com filhos de oficiais” (BEZERRA, 2011, p. 2).

Em 1820, ingressou na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e foi graduado tenente. Com a proclamação da independência (1822) e a resistência de tropas portuguesas na Bahia, D. Pedro I criou o “Batalhão do Imperador”, que seria formado por oficiais escolhidos pelo próprio Imperador.

O batalhão é comandado por um tio de Luís Alves de Lima e Silva, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva. Luís Alves de Lima e Silva é um dos oficiais escolhidos e participa de três combates. Ao voltar da Bahia, segundo Bezerra (2011), recebe o título de “Veterano da Independência” e é promovido ao posto de Capitão.

Participou da Guerra Cisplatina (1825 – 1828), quando Brasil e Argentina disputaram o território hoje pertencente ao Uruguai. Mesmo com o conflito resultando na perda da província – mais tarde, chamada Uruguai -, pela participação na guerra, Luís Alves de Lima e Silva, em 1828, foi promovido ao posto de Major.

Depois da abdicação de D. Pedro I (1831), comandou o Batalhão Sagrado, que daria origem à Guarda Nacional⁶. Em 1833, casou-se com Ana Luísa de Loreto Carneiro Viana, irmão de um amigo do Exército e proveniente da aristocracia carioca. Nesse mesmo ano, foi designado como instrutor de hipismo e de esgrima do jovem Pedro de Alcântara, futuro Dom Pedro II, desenvolvendo, a partir daí, relação de proximidade, amizade e respeito com o governante.

Quando das Revoltas ocorridas no Período Regencial (1831 – 1840), participou significativamente da Balaiada (1838 – 1840) e da Farroupilha (1836 – 1845). Pelo papel desempenhado no Maranhão, quando da revolta da Balaiada (1838 – 1840), foi promovido a brigadeiro em 18 de julho de 1841 e, em seguida, foi agraciado com o título de barão. Segundo Bezerra (2011, p. 3), “ele foi o único brasileiro a poder escolher o nome do lugar que desejava ostentar e optou por "Caxias", cidade do Maranhão onde ocorreu a última batalha da Balaiada”.

Já com o título de Barão de Caxias, em 1842 foi enviado para o Rio Grande do Sul, onde promoveu enfrentamento aos rebeldes farroupilhas, na chamada Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835 – 1845). Nos três anos que participou da guerra vivenciou, com sucesso, batalhas e negociações de acordos. Após o término do conflito, é condecorado com o título de Conde.

Em 1865, começa a Guerra do Paraguai, que se constitui o maior conflito brasileiro até os dias de hoje. O Paraguai, próspero economicamente, queria estabelecer uma saída para o oceano Atlântico e, para consecutar seu objetivo, o ditador paraguaio, Solano Lopez, atacou territórios brasileiro e argentino (FAUSTO, 2004).

⁶ A Guarda Nacional era uma força armada formada pela elite. Seus membros eram todos cidadãos com direito a voto e assim obteriam a dispensa de servir ao Exército. Não recebiam pagamento e eram responsáveis pelo próprio uniforme. O governo tinha a incumbência de fornecer armas e instrução. Era subordinada ao Juiz de Paz, em seguida ao Juiz de Direito, ao Presidente de Província, e finalmente, ao Ministro da Justiça. A maior patente que um civil poderia alcançar era a de Coronel e o título ficou reservado aos grandes proprietários de cada região. Desta maneira, a Guarda Nacional vai gerar o fenômeno do “coronelismo” que tanto marcará a política brasileira. Foi extinta em 1922, pelo presidente Artur Bernardes. Disponível em <<<https://www.todamateria.com.br/guarda-nacional/>>>

Em setembro do mesmo ano, Dom Pedro II chega à cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, acompanhado pelo Conde de Caxias, que fora nomeado ajudante de campo do imperador. A cidade é retomada do domínio das tropas paraguaias. O Imperador volta ao Rio de Janeiro e, antes de retornar, nomeia Luís Alves de Lima e Silva, agora com 63 anos, o comandante geral das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai.

As batalhas de Humaitá, Itororó e Avaí, tidas como as mais sangrentas da Guerra do Paraguai, nas quais o Exército brasileiro vitoriou, houve o decisivo comando do Conde de Caxias. Todavia, com a saúde fragilizada, contrariando ordens do Imperador, Luís Laves de Lima e Silva, em janeiro de 1869, deixa o fronte de batalha. Todavia, segundo Oliveira (2019, p. 6), “no mês seguinte, os dois se encontram no Palácio Imperial para uma reconciliação e, por seus serviços prestados na Guerra do Paraguai, Caxias recebe o título de Duque”, passando a ser, segundo Bezerra (2011), o único brasileiro que possuiu este grau de nobreza durante o Segundo Reinado brasileiro.

Foi senador do Império, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros. Em 1877, o Duque de Caxias se retira para uma fazenda no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde passou seus últimos anos. O “Duque de Ferro”, morreu em 7 de maio de 1880, aos 76 anos.

No ano de 1923, foi instituída a comemoração do Dia do Soldado, sendo a data 25 de agosto, dia de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Finalmente, em 1962, foi escolhido patrono do Exército Brasileiro.

3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PERÍODO REGENCIAL BRASILEIRO

O espaço de tempo posterior à abdicação de D. Pedro e anterior à entronização de D. Pedro II é chamado na historiografia brasileira de Período Regencial ou Regência. Esta nomenclatura se deve ao fato de nesse período de tempo o país ter sido regido por figuras políticas em nome do Imperador até a maioridade antecipada deste, em 1840. De imediato, a Regência foi trina, ou seja, composta por três regentes eleitos pelo Congresso Nacional, passando a ser composta por um único regente a partir de 1834.

Os historiadores consideram o Período regencial como uma dos mais agitados da história política brasileira, visto que, naqueles anos, “esteve em jogo a

unidade territorial do país, e os temas da centralização e da descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias, da organização das forças armadas assumiram o centro do debate político” (FAUSTO, 2004, p. 86).

Todavia, antes da ocorrência da temporalidade em discussão houve acontecimentos importantes que, quando verificados e analisados se revelam como a ela interligados. Ou seja, acontecimentos cujas construções e desenvolvimentos vão desaguar na inevitabilidade da instalação do Período Regencial brasileiro.

Assim, antes de adentrar a discussão sobre essa importante página da historiografia brasileira, mostrar e caracterizar seus acontecimentos, bem como elencar as ações do Exército Brasileiro na operacionalidade da pessoa de Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que trouxeram apaziguamento à realidade conflituosa que se revelou de Norte a Sul do país, entendemos ser necessário citar e caracterizar o que se deve chamar antecedentes históricos do Período Regencial brasileiro.

Tais antecedentes ocorreram entre os anos 1808 e 1831 e são nomenclaturados: Chegada da Família Real ao Brasil e o Período Joanino (1808 – 1821) e Primeiro Império (1822 – 1831). Cada uma dessas temporalidades será esmiuçada adiante, buscando entender o porquê da implantação do Período Regencial Brasileiro.

3.2.1 Chegada da Família Real ao Brasil e o Período Joanino (1808 – 1821)

O motivo de saída da Família Real de Portugal foi a política imperialista desenvolvida por Napoleão Bonaparte que, no conflito travado entre França e Inglaterra, houvera decretado, em 1806 o Bloqueio Continental. Assim, os europeus continentais estavam proibidos por Napoleão de comercializar com a Inglaterra que, nesse momento experimentava aceleração no processo de Revolução Industrial. O descumprimento ao bloqueio implicaria invasão do território do país desobediente pelas tropas do exército francês e, somado a isso, a deposição do seu governante, a colocação em seu lugar de alguém nomeado por Napoleão e a anexação do território ao domínio francês.

Todavia, Portugal e Inglaterra mantinham relações políticas e comerciais de longas datas e, além disso, a indústria francesa não conseguia abastecer a contento os países

continentais europeus com produtos industrializados. Essas duas razões estiveram presentes na justificativa lusa para furar o bloqueio imposto por Napoleão e negociar com a Inglaterra.

À atitude portuguesa em desobedecer a ordem napoleônica teve como retaliação francesa o prometido por Napoleão: as tropas francesas marcharam contra Portugal e, em novembro de 1807, alcançaram Lisboa, capital de Portugal. Todavia, logo que as tropas francesas ultrapassaram a fronteira da Espanha com Portugal, a Família Real deixou as terras portuguesas em busca de sua colônia, o Brasil (MAXWELL, 1986).

Importante se faz lembrar que em contraposição ao recorrente discurso que afirma ter sido atabalhoado o deixar as terras portuguesas por parte da Família Real, afirma Heynemann (2018, p. 2), que “como colônia central, o Brasil já estava no horizonte de muitos que advogavam a mudança da corte, contrastando, naturalmente, com fortes interesses pela permanência, sobretudo por parte de comerciantes e industriais que reexportavam parte da produção colonial”.

Assim, a saída para as terras brasileiras já estava nos planos de Dom João, o príncipe regente português, uma vez que é disto por Maxwell (1986, p. 382), "a decisão de transferir a corte portuguesa para o Brasil não foi, portanto, ditada pelo pânico - como tantas vezes tem sido descrita. [...] A esquadra portuguesa estava pronta e o tesouro, os arquivos e o aparelho burocrático estavam a bordo". Desse modo, é dito por Fausto (2004, p. 66, 67):

O príncipe Dom João, que regia o reino desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se em poucos dias pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 mil a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob proteção da frota inglesa. Todo aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1808 termina a travessia do Atlântico feita pela Família Real portuguesa. A aportagem das embarcações se deu na capitania da Bahia. Por alguns dias foi a estada em solo baiano e, nesse espaço de tempo, Dom João decretou a abertura dos portos brasileiros às chamadas nações amigas, isto ocorrendo no dia 28.

Deve-se lembrar de que, naquele instante histórico, “nações amigas” era sinônimo de Inglaterra, visto que a escolta inglesa durante a travessia não foi algo gratuitamente feito,

mas ação que teria como retorno benesses comerciais para os ingleses (GOMES, 2014). Todavia, a ação joanina implicou fim de trezentos anos de sistema colonial e, por conseguinte trouxe autonomia econômica para a colônia. Sobre o fim do sistema colonial, deve-se entender que a abertura dos portos brasileiros, segundo Fausto (2004, p. 67),

Foi um ato historicamente previsível, mas impulsionado, ao mesmo tempo, pelas circunstâncias do momento, Portugal estava ocupado por tropas francesas e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e perceber os tributos devidos.

A ação de abrir os portos brasileiros promoveu, ao mesmo tempo, satisfação e insatisfação às partes que, de maneira direta e indireta estavam envolvidas no processo. A Inglaterra foi a grande beneficiada, visto que o Rio de Janeiro, sede da Corte no Brasil, passou a ser a entrada dos produtos ingleses, não só destinados ao consumo brasileiro, mas também os destinados ao rio da Prata e à costa do Pacífico.

Outro segmento beneficiado foi o dos latifundiários monocultores e escravistas. A elite terratenente produtora de açúcar e algodão destinada à exportação, visto que tais produtos passaram a gozar isenção do monopólio metropolitano. Assim, o que produzissem poderia ser vendido de maneira livre, a quem quisesse comprar, sem que houvesse qualquer impeditivo do sistema colonial. Por outro lado, a insatisfação marcou presença entre os comerciantes portugueses radicados no Rio de Janeiro e em Lisboa, fato que gerou pressão sobre Dom João, o príncipe regente, que foi levado a tomar, segundo Fausto (2004, p. 67), as seguintes providências:

Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém, São Luís, Recife e Rio de Janeiro; o chamado comércio de cabotagem – entre portos da Colônia – ficou reservado a navios portugueses; o imposto sobre produtos importados, que fora fixado em 24% do valor, foi reduzido para 16% quando se tratasse de embarcações portuguesas.

O Tratado de Navegação e Comércio assinado com a Inglaterra em 1810 representou o controle do mercado colonial brasileiro pelos comerciantes ingleses. O entendimento da assinatura desse tratado passa pelo conhecimento da situação vivenciada por Portugal à época: a Coroa precisa recuperar o território metropolitano (derrotar o exército napoleônico se fazia necessário) e seus territórios coloniais eram protegidos pela esquadra inglesa.

Dessa forma, a taxaço sobre os produtos ingleses exportados para o Brasil era de 15%, o que promovia vantagens em rela o aos produtos portugueses. Mesmo quando as tarifas foram equiparadas, isso decorrendo por causa das reclama es dos comerciantes lusos, a vantagem continuou sendo inglesa, visto que “sem prote o tarifária, as mercadorias de um país atrasado como se tornara Portugal no âmbito do capitalismo europeu, não tinham condi es de competir em preço e variedade com os produtos ingleses” (FAUSTO, 2004, p. 68).

Em 1814, com a derrota de Napoleão Bonaparte, findam-se as guerras europeias e, conseqentemente se esperava o retorno da Família Real e da Corte portuguesa para Portugal, visto que já não havia razões para a continuidade da Coroa no Brasil. Porém, não dando sinais de desejo de retorno a Portugal, Dom João, o príncipe regente, tomou medida que intencionava, ainda mais, integrar Portugal e Brasil, como foi a eleva o do Brasil   categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Tal fato, além de promover autonomia administrativa ao Brasil e o gozo de privilégios políticos iguais aos gozados por Portugal, “Tal medida também deixava clara a inten o de Dom João VI em permanecer no Brasil” (FERNANDES, 2020, p. 3).

Empreendendo a o imperialista, Dom João decreta invasão da banda oriental do Uruguai, também chamada Província Cisplatina, fazendo ampliado o projeto geopolítico brasileiro e, com isto, demonstrava sucesso da instala o administrativa da Corte portuguesa no Brasil. Todavia, a es desse tipo, de acordo com Fernandes (2020), somente fazia aumentar a insatisfa o da burguesia metropolitana com as conquistas brasileiras.

Em 1818, com a aclama o de Dom João, o príncipe regente, a condi o de rei de Portugal, como Dom João VI e, com a insistência do monarca em permanecer no Brasil, houve em Portugal insatisfa o que culminou em uma revolta e evoluiu para a eclosão de uma Revolu o Liberal inspirada nas ideias iluministas, que ficou conhecida na história como Revolu o do Porto, ocorrida em 1820 e que será decisiva para a ruptura de laços políticos entre Portugal e Brasil.

3.2.2 A Revolu o Liberal do Porto (1820)

De acordo com Fausto (2004), os acontecimentos ocorridos na cidade portuguesa do Porto, em 1820, devem ser vistos como “ventos trazidos de fora que imprimiram aos

acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à alternativa de independência” (p. 71). Segundo Fernandes (2020, p. 2), a chamada Revolução do Porto “se caracterizou por intensas disputas políticas envolvendo interesses divergentes entre Portugal e Brasil e que começa a se embrionarizar com a saída de Portugal da família Real e seu desembarque no Brasil, em 1808”.

Havia um somatório de fatores que vieram a culminar na eclosão da Revolução do Porto, tais como, crise política, que se caracterizava pela ausência do rei e dos órgãos governamentais; crise econômica, revelada pelos benefícios comerciais gozados pelo Brasil; crise militar, pela presença de oficiais ingleses no Exército português, em detrimento de oficiais portugueses. De acordo com Fausto (2004, p. 71), “na ausência de Dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford e, depois da guerra, Beresford se tornou o comandante do Exército português”.

Uma análise mais acurada mostrará que a Revolução do Porto era perpassada por elementos contraditórios, visto que, mesmo liberal que era, considerando o modelo monárquico absolutista ultrapassado e propondo a existência de monarquia constitucional, ao mesmo tempo, buscando satisfazer demandas da burguesia metropolitana e por limites à influência política e econômica inglesa em Portugal, os revolucionários portenhos desejavam reimplantar o processo colonizador, ou seja, rebaixar o Brasil de Reino Unido a Portugal e Algarves à condição de colônia novamente, vivenciadora da exploração metropolitana.

Eclodida a Revolução, os revolucionários portenhos estabeleceram em Portugal uma Junta Provisória para governar em nome do rei e, ao mesmo tempo, passaram a exigir o retorno da Família Real a Lisboa. Também decidiram convocar as Cortes, que seriam eleitas em todos os territórios portugueses, incluindo-se o Brasil. O propósito era redigir e aprovar uma Constituição, à qual deveria se submeter Dom João VI, ao retornar a Portugal.

No Brasil, enquanto isso, havia divisão de opinião por parte dos partidos políticos, no referente ao retorno de Dom João VI a Portugal. O retorno era defendido pela elite portuguesa residente no Brasil, que se compunha das altas patentes militares, burocratas e ricos comerciantes, que desejavam a recolonização do Brasil. Opondo-se ao retorno do rei a Portugal havia o chamado “Partido Brasileiro”, composto pelos grandes latifundiários, burocratas e membros do judiciário nascidos no Brasil e, ainda, portugueses comerciantes radicados no Brasil, que não queriam o retorno do Brasil à condição de colônia.

Todavia, receoso de perder o trono caso não retornasse a Portugal, porque assim houvera decretado os revolucionários do Porto, Dom João decide regressar a Lisboa. Em abril de 1821, embarca em direção a Portugal e, com ele, cerca de quatro mil portugueses. Porém, Dom João VI deixou em seu lugar, como príncipe regente, o seu filho Pedro, que viria a se tornar Dom Pedro I, primeiro imperador brasileiro.

Com o retorno de Dom João VI, as Cortes começaram a por em prática seu plano de recolonizar o Brasil. Primeiro, exigiu o retorno do príncipe regente a Portugal, fato que, após empenho realizado pelo Partido Brasileiro, levou Dom Pedro a declarar que não acataria as ordens das Cortes e não retornaria a Portugal. Sua declaração pública de ficar no Brasil se deu no dia nove de janeiro de 1822, que ficou na historiografia brasileira conhecida como “Dia do Fico”.

Durante o ano de 1822, outros acontecimentos ocorreram pondo em rota de colisão o príncipe regente brasileiro e os interesses das Cortes portuguesas. Em maio, os ministros acordaram que ordens das Cortes somente seriam cumpridas no Brasil após o “cumpra-se”, por parte do príncipe regente. A partir de então, também com a ingerência da Maçonaria brasileira, começou-se a desenhara a ruptura oficial entre Brasil e Portugal, que viria a ocorrer em 7 de setembro, quando às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, Dom Pedro emitiu o chamado grito do Ipiranga, oficializando a independência do Brasil.

Na verdade, duas coisas precisam ser levadas em conta no que se refere à independência do Brasil. Primeiro, que essa independência já existia de fato, visto que a abertura dos Portos, em 1808 e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, já haviam decretado, respectivamente, as independências econômica e administrativa da colônia em relação à metrópole portuguesa; segundo, verificado atentamente, o príncipe regente Dom Pedro tornou, independente e para si, algo que já era seu por direito, visto ser filho do rei de Portugal, Dom João VI e, a monarquia portuguesa ser hereditária.

Não obstante as constatações acima relatadas, fato é que a 1º de dezembro de 1822, o príncipe regente foi coroado imperador, passando a ser chamado Dom Pedro I. Nas Américas, o Brasil foi o único que ao se tornar independente tornou-se monarquia. Esta forma de governo satisfazia tanto ao Partido Brasileiro quanto ao Partido Português. Para este, era a garantia da continuidade do latifúndio monocultor, escravista e agroexportador; para aquele, a garantia da continuidade de suas posses em território brasileiro.

Contava Dom Pedro I com vinte e quatro anos de idade quando assumiu o trono brasileiro. Em sua pessoa entronizada adversários políticos, como eram os membros do Partido Brasileiro e do Partido Português, confluíam em concordância, visto que suas demandas eram satisfeitas, revelando o experimento da máxima que afirma não existir inimigos no exercício da política, mas interesses a serem garantidos.

Todavia, as ações governamentais do primeiro monarca brasileiro vão se revelar desalinhadas com os interesses da elite política brasileira, fato que promoverá uma estada curta de Dom Pedro I no trono.

3.2.3 O Primeiro Império (1822 – 1831)

Após a ruptura oficial do vínculo que o mantinha ligado a Portugal, o Brasil, agora Estado, ao contrário das ex-colônias europeias na América, que se tornaram Repúblicas Bicamerais (BORGES, 2010), torna-se monarquia, isso acontecendo em razão de acordo firmado entre os políticos brasileiros e portugueses: os primeiros, latifundiários, escravistas, monocultores e exportadores; os segundos, monopolizadores do comércio local.

A certeza da garantia de que o Brasil continuaria escravista, monocultor e agroexportador, demanda que satisfazia ao chamado Partido Brasileiro, bem como de que não haveria risco de perda de propriedades e a garantia da continuidade do monopólio comercial, desejo do Partido Português, fizeram que brasileiros e portugueses aquiescessem à implantação de uma monarquia no Brasil (FAUSTO, 2004). A pessoa do príncipe regente D. Pedro alçada à condição de Imperador concretizou as aspirações dos dois grupos políticos citados.

Todavia, a intencionalidade de como governar era algo que não encontrava alinhamento entre o agora Imperador, D. Pedro I e o Congresso Nacional. Este queria a vivência de uma monarquia constitucional, fato que fazia do imperador mera figura simbólica e concentrava o poder político nas mãos de um primeiro ministro. Aquele, por sua vez, desejava o exercício de uma prática autocrática, promotora de um agir absoluto.

A incompatibilidade de quererem trouxe à baila conflito entre as partes envolvidas. D. Pedro fez valer o seu querer. Rasgou o projeto de Constituição formulada pelo Congresso constituinte, ordenou às tropas cercarem o prédio do Congresso Nacional, decretou a prisão e expatriação de políticos, dentre eles, José de Bonifácio, tido como patriarca da

independência e, somado a isto, mandou que se confeccionasse uma Constituição, segundo seu querer. Acerca desse evento, registra Fausto (2004, p. 80):

A disputa entre os poderes acabou resultando na dissolução da Assembleia Constituinte por Dom Pedro, com apoio na tropa. Foram presos vários deputados, entre eles os três Andradas. Logo a seguir, cuidou-se de elaborar um projeto de Constituição que resultou no texto promulgado a 25 de março de 1824 [...] A primeira Constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao “povo”, embora devamos entender por povo a minoria de brancos e mestiços que votava e de algum modo tinha participação na vida política.

A Constituição de 1824 não era possuidora de um molde ideológico em que se pudesse encaixá-la, visto que justapunha elementos liberais e absolutistas. Neste segundo âmbito destaque-se a instituição de um Poder Moderador, ideia proveniente de Benjamin Constant, escritor francês, de quem era leitor o Imperador do Brasil. A ideia do ideólogo francês citado era que houvesse “a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado neutro ou moderador” (FAUSTO, op. cit. p.81).

De acordo com o prescrito por Benjamin Constant, o exercício do Poder Moderador não era sinônimo de interferência do rei na política e na administração cotidiana. Seu exercício estava ligado ao agir do rei moderando as disputas mais sérias e gerais, sendo sua ação a reprodução da vontade e do interesse nacional. Porém, no Brasil, o Poder Moderador não vivenciou separação do Poder Executivo e, em decorrência disso, o Imperador concentrou diversas atribuições em suas mãos. Ademais, pelo uso do Poder Moderador, é afirmado por Fausto (Idem, p. 82):

[...] a pessoa do Imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Cabia a ele, dentre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara, convocando eleições para outra que a substituísse, no direito de aprovar ou vetar as decisões da Câmara e do Senado.

Somaram-se à prática absolutista de D. Pedro trouxe à tona elementos que denunciava a existência de insatisfação de parte da população, como, por exemplo, a eclosão da Confederação do Equador, em 1824, com sua proposta separatista. Ademais, em 1825, ocorreu uma rebelião regional que proclamou a separação do Brasil e incorporação, do que hoje se chama Uruguai, às Províncias Unidas do Rio da Prata, fato que impulsionou a guerra entre Brasil e Buenos Aires, começando em dezembro de 1825.

A guerra citada trouxe vexame militar, visto que o Brasil foi vencido, em 1827, em Ituzaingó e, além disso, promoveu prejuízo financeiro significativo. Somente com a intermediação da Inglaterra, que estava interessada no fim do conflito para que houvesse a restauração de suas transações comerciais na região, a paz entre as partes conflitantes foi selada. Um dos elementos constitutivos dessa paz foi a perda, por parte do Brasil, do território do Uruguai, que se tornou país independente.

A morte de D. João VI, rei de Portugal e pai do Imperador brasileiro, somada à ligação que havia entre o monarca e os portugueses habitantes do Brasil, trouxe à cena política a desconfiança, por parte da população urbana e do Exército, de que D. Pedro poderia promover retorno do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal, visto que a morte de D. João VI, em 1826, permitia ao Imperador brasileiro, caso quisesse, assumir também, filho mais velho que era, o trono português. Acerca do descontentamento do Exército, leia-se Fausto (FAUSTO, 2004, p. 85):

O Exército foi-se afastando do Imperador. Sua base era recrutada na população mais pobre dos centros urbanos, em sua maioria mulatos que sofriam com as más condições de vida, o atraso no pagamento do soldo, a disciplina imposta. A cúpula estava descontente com as derrotas militares e a presença de oficiais portugueses em postos de comando.

Em 1831, o quadro político definitivamente se revelou antagônico à continuidade de D. Pedro no trono imperial. Depois de ter sido recebido em Minas Gerais com o dobre de finados, o Imperador regressa ao Rio de Janeiro, sede da corte, onde lhe é preparada uma festa pelos seus compatriotas portugueses, buscando lhe elevar os ânimos. Todavia, os brasileiros reagem a essa intencionalidade, nascendo confronto entre as partes, prolongando-se os conflitos por cinco dias.

À revolta dos brasileiros juntaram-se comandantes militares de grande prestígio, dentre eles, os irmãos Lima e Silva, sendo que um deles viria a ser o pai do futuro duque de Caxias. Desgastado politicamente e sem apoio de grande parte do Exército, D. Pedro foi forçado a abdicar em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, a 7 de abril de 1831.

Com a renúncia de D. Pedro I, surgia a oportunidade de sentar-se no trono brasileiro um rei brasileiro, ou seja, nascido em terras brasileiras. Todavia, isso não se fez de imediato – como poderia sê-lo, visto ter sido a abdicação em favor do filho do Imperador -, visto que o herdeiro do trono brasileiro era no momento da abdicação uma criança de cinco anos incompletos.

Disse desse impasse, lançou-se mão do dispositivo constitucional que dizia ter que haver eleição de regentes para conduzir a nação até que o herdeiro do trono completasse maioria. Assim, em 1831, inicia-se o Período Regencial, que durará até 1840, quando será antecipada a maioria de D. Pedro de Alcântara e lhe será dada posse como segundo Imperador do Brasil, com o nome de D. Pedro II.

3.3 O PERÍODO REGENCIAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DE LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA

Ao espaço de tempo posterior à abdicação de D. Pedro e anterior à entronização de D. Pedro II é chamado na historiografia brasileira de Período Regencial ou Regência. Esta nomenclatura se deve ao fato de nesse período de tempo o país ter sido regido por figuras políticas em nome do Imperador até a maioria antecipada deste, em 1840. De imediato, a Regência foi trina, ou seja, composta por três regentes eleitos pelo Congresso Nacional, passando a ser composta por um único regente a partir de 1834.

Os historiadores consideram o Período regencial como uma dos mais agitados da história política brasileira, visto que, naqueles anos, “esteve em jogo a unidade territorial do país, e os temas da centralização e da descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias, da organização das forças armadas assumiram o centro do debate político” (FAUSTO, 2004, p. 86). Os fatos relacionados ao perigo da unidade territorial do país e, em relação a estes, a ação do Exército é que receberá foco nesta discussão.

3.3.1 As Revoltas do Período Regencial

Não há como, de maneira única, enquadrar as revoltas ocorridas no Brasil entre 1831 e 1840. É possível afirmar que estavam diretamente ligadas às dificuldades da vida cotidiana e às incertezas que perpassavam a realidade política do país. Isto pode ser visto na declaração de Wernet (1997, p. 19):

Nas diversas agitações e revoltas do Período Regencial misturaram-se reivindicações de caráter autonomista e regionalista de grupos dominantes que requerem maior fatia no poder político e na autodeterminação econômica e tentativas desesperadas das massas populares de conquistar sua presença no cenário político e de livrar-se da sua secular submissão.

Diante do contido no excerto acima, pode-se afirmar que as revoltas do Período Regencial resultaram de realidades específicas, provinciais ou locais. Assim, pode-se citar a Cabanagem, ocorrida no Pará (1835 – 1840); a Sabinada, vivenciada na Bahia (1837 – 1838);

a Balaiada, no Maranhão (1838 – 1840) e a Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul (1836 – 1845). No mapa abaixo, encontram-se situadas as revoltas citadas:

Figura 1 – Localização da Revoltas Regenciais



Fonte: <https://www.google.com/search?q=mapa+das+revoltas+regenciais...>

A leitura do mapa denuncia que as revoltas que nele constam eclodem na segunda metade do Período Regencial, ou seja, a partir de 1835. Dão-se quando o Brasil passa a ser governado por um único regente, ou seja, quando é implantada a Regência Uma, que possuiu dois momentos: A Regência Una do Padre Diogo Feijó (1835 – 1837) e a Regência Una de Araújo Lima (1837 – 1840).

Das revoltas ocorridas no Período Regencial listadas anteriormente neste texto, duas delas serão aqui discutidas: a Balaiada (1838 – 1840), vivenciada no Maranhão e a Farroupilha (1836 – 1845), que teve como palco o Rio Grande do Sul. O destaque dado às duas revoltas de corre do fato de que nelas houve atuação de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

3.3.2 A atuação de Luís Alves de Lima e Silva nas revoltas do Período Regencial

Como se disse anteriormente, duas das principais revoltas do Período Regencial serão aqui levadas em conta, no referente à atuação de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de

Caxias: a Balaiada, ocorrida no Maranhão (1838 – 1840) e a Farroupilha, acontecida no Rio Grande do Sul (1836 – 1845).

3.3.2.1 A Balaiada (1838 – 1840)

A Balaiada maranhense tem seu início nas disputas entre as elites locais, cujo desdobramento resultou em uma revolta popular, que começou no sul do Maranhão, junto à divisa com o Piauí, uma área de pequenos criadores de gado e produtores de algodão. Segundo Fausto (2004, p. 90), a liderança da revolta era assim constituída:

À frente do movimento estiveram Raimundo Gomes, envolvido na política local, e Francisco dos Anjos Ferreira, de cujo ofício – fazer e vender balaios – derivou o nome da revolta. Ferreira aderiu a revolta para vingar a honra de uma filha, violentada por um capitão de polícia. Paralelamente, surgiu um líder negro conhecido como Cosme – sem sobrenome pelo menos nos relatos históricos - à frente de 3 mil escravos fugidos.

Os “balaaios” chegaram a ocupar Caxias, que é considerado o momento apical da revolta, em 1839. Caxias era a segunda cidade mais importante do Maranhão. Os balaios ao se aproximarem da cidade de Caxias promoveram pânico aos seus habitantes, conforme relata Carvalho (1976, p. 72):

A notícia da aproximação dos negros e dos cangaceiros espalha o pânico na cidade. Parte da população foge apavorada. A tropa de socorro, enviada pelo governo, volta do caminho. É de desespero a situação. Urge resistir de qualquer forma. A Princesa do Sertão não pode ser tomada sem um tiro! Inflama-se o heroísmo maranhense. E começa, então, o cerco à cidade, com a perfídia e a brutalidade características do cangaceiro.

A situação de ocupação da cidade maranhense chega ao conhecimento do poder central e este, por sua vez, nomeia como Presidente e Comandante das Armas do Maranhão, Luís Alves de Lima e Silva, que havia sido promovido ao posto de coronel e que doravante será neste texto chamado Caxias. De acordo com Valente (2019, p. 10), o coronel observou a necessidade de “elaboração de um planejamento completo e minucioso antes de iniciar uma ofensiva, uma vez que a luta apresentava condições particulares que não seguiam os padrões da guerra regular, nem mesmo da guerrilha clássica”.

Diante desse quadro atípico, busca concentrar meios na capital da província maranhense e procura aproveitar o que se podia das tropas provincianas, além disso, “faz o balanço geral dos recursos de que pode contar com eficiência; procura obter as informações mais aproximadas quanto aos efetivos dos balaios e seus pontos de resistência e, prepara-

se, enfim, com a maior segurança, para iniciar uma ofensiva que não seja uma aventura (CARVALHO, 1976, p. 76).

Assim, Caxias organiza as operações, que se constitui de três colunas que, simultaneamente, avançam sobre a cidade por direções estrategicamente definidas. Somado a isso, Caxias dividiu a força em escalão duplo: escalão de ataque e escalão de ocupação, isso feito para, de acordo com Valente (2019), “garantir a ininterruptão de empenhos na luta contra os rebeldes”. O Mapa abaixo mostra, de maneira clara a estratégia utilizada por Caxias, buscando conter a rebelião dos balaaios, no Maranhão.

Figura 3 – Operação de Caxias contra a Balaiada



Fonte: Exército Brasileiro

Desse modo agindo, as tropas comandadas por Caxias, de maneira rápida, intensa e organizada empreendeu pressão sobre os rebeldes balaaios. A estratégia revela-se perfeita e, em meados de 1840, as tropas de Caxias vencem os balaaios. Uma síntese do desenrolar da luta é relatada por Carvalho (1976, p. 77) *apud* Valente (2019, p. 10):

Caxias é abandonada. As forças legais ocupam a cidade. Está em ruínas. Só três prédios são respeitados pelos rebeldes. Continuam insistentes tiroteios e lutas corpo a corpo, em cujos selvagens pugilatos os cangaceiros põem a prova as suas qualidades elásticas de agilidade e astúcia e o furor de seus ímpetos sanguinários. Vão sendo retomadas todas as localidades e vencidos os seus bárbaros dominadores, que fogem e se dispersam na fronteira do Piauí.

Após a tomada da cidade, a perseguição aos revoltosos evadidos da cidade perseguiu por alguns meses, o que resultou na destruição de resistências localizadas, prisão e morte de

líderes da revolta. De acordo com Carvalho (1976, p. 78), Caxias, no referente aos prisioneiros de guerra, promoveu “uma tática astuciosa para poupar as suas forças: indulta-os e incumbem-os de perseguir os outros”. Por fim, Caxias põe em vigor a concessão de anistia promovida pelo Imperador D. Pedro II, que “estava condicionada à reescravização dos negros rebeldes” (FAUSTO, 2004, p. 91). Cosme, o líder negro, foi enforcado em 1842.⁷

Assim, em 1º de janeiro de 1841, o coronel Luis Alves de Lima e Silva, Presidente e Comandante das Armas do Maranhão e Comandante do Exército Pacificador, declara ao país estar pacificada a província do Maranhão, finalizando, assim, sua missão. Pelo trabalho executado, Luís Laves de Lima e Silva recebeu o título de barão de Caxias, concedido pelo Imperador D. Pedro II.

3.3.2.2 A Revolução Farroupilha (1836 – 1845)

Aconteceu no Rio Grande do Sul, a milhares de quilômetros do Norte e do Nordeste e também foi chamada de Guerra dos Farrapos ou Farroupilha. Essas expressões – farrapos ou farroupilha – são expressões sinônimas de maltrapilho, ou seja, de gente vestida com farrapos. O apelido desqualificador recebido não condizia com a realidade dos seus líderes, pois, segundo Fausto (2004, p. 91), “a verdade é que, se suas roupas podiam ser farroupilhas, os dirigentes pouco tinham disso, pois representavam a elite dos estancieiros, criadores de gado da província”.

No que concerne à causa dessa que foi a revolta de maior duração e de maior importância do Período Regencial, pode-se afirmar que as queixas do Rio Grande do Sul contra o governo central datavam de longas datas. Ponderavam os gaúchos que, mesmo sendo significativa a contribuição da província para a economia brasileira, recaía sobre ela exploração fiscal decorrente da imposição de um sistema pesado de impostos.

Todavia, a revolta não deve ser vista como sendo praticada por todos os setores da população gaúcha, mas resultante da idealização de uma parte da elite dominante, os estancieiros da fronteira, tendo a seu lado figuras da classe média urbana. Os charqueadores, que faziam a outra parte da elite econômica gaúcha, que dependiam do Rio de Janeiro, que era o maior consumidor brasileiro de charque e de couros, ficaram do lado

⁷ Em 1840, D. Pedro de Alcântara teve SUS maioridade antecipada e assumiu no trono com 15 anos incompletos;

do governo central. Acerca dos elementos participantes das fileiras do exército farroupilha, convém verificar o dito por Fausto (2004, p. 92):

Os farrapos contavam com o concurso de alguns oficiais do Exército, chegados havia pouco ao Rio Grande do Sul. Em suas fileiras destacavam-se também pelo menos duas dezenas de revolucionários italianos refugiados no Brasil, sendo o mais célebre deles Giuseppe Garibaldi. A figura mais importante do movimento foi Bento Gonçalves, filho de um rico estancieiro, com larga experiência nas guerras da região, que organizou lojas maçônicas na fronteira e usou o serviço postal dos maçons como uma alternativa para sua correspondência secreta.

O uso da cavalaria foi o ponto chave das lutas travadas. Garibaldi e Davi Canabarro estenderam a guerra para o Norte da província, vindo a tomar e controlar a província de Santa Catarina, onde foi proclamada, na cidade de Piratini, a República de Piratini⁸, em 1838, cabendo a Bento Gonçalves sua presidência.

O governo central estabeleceu combate, mas também concessões aos rebeldes, uma vez que a região onde a luta se desenrolava era possuidora de grande importância estratégica para o Império. Assim, em princípios de 1840 o governo central promoveu cessão a uma das principais exigências econômicas do farrapos: decretou uma taxa de importação de 25% sobre a carne salgada vinda da região do Prata que concorria com a nacional.

Em 1842, já decorridos mais de um lustro de guerra, começa a se desenhar o início do fim do conflito. Caxias é chamado do Maranhão e nomeado Presidente e Comandante de Armas da Província. As duas nomeações eram imprescindíveis estarem unidas, “a fim de restaurar a ordem civil e o sucesso no campo bélico de forma mais harmônica possível” (VALENTE, 2019, p. 12).

Caxias recebeu nomeação em 28 de setembro de 1842 e foi empossado no dia 9 de novembro do ano citado e, assim, tornou-se o trigésimo presidente do Rio Grande do Sul, o décimo oitavo do período farroupilha. A ação de Caxias se revelou imediata, no referente ao conhecimento da logística que dispunha para empreender enfrentamento aos contingentes Farroupilhas. Assim, segundo Mendes (2010, p. 2):

Logo que tomou posse do comando das armas e da presidência da província, Caxias buscou fazer o reconhecimento dos pontos ocupados pelos imperiais. Em 10 dias Caxias visitou o hospital militar, o depósito de guerra, percorreu todo o entrançamento, passando revista nos

⁸ Também chamada de República Juliana ou Catarinense;

batalhões imperiais instalados em São José do Norte, Pelotas, e as que estavam estacionadas em São Gonçalo.⁹

O quantitativo de contingente disponível era da seguinte maneira elencado, de acordo com Peixoto (1973, p. 126):

Caxias contava com 11.549 praças, sendo que 4.549 guarneciam as cidades ocupadas, o principal núcleo era São Lourenço; os outros 7.000 homens foram divididos primeiramente em três grandes divisões, a primeira divisão comandada pelo brigadeiro Felipe Néri de Oliveira, a segunda divisão ficou a cargo do coronel Jacinto Pinto de Araújo Correia e a terceira seria comandada por João da Silva Tavares.

Não obstante o significativo contingente numérico disponível, Caxias não empreendeu imediata ação de combate ao inimigo farroupilha. Detectara, o experiente comandante, algumas coisas que, no seu entender, não se coadunavam com o que se esperava de um soldado, apto a combater defendendo um ideal. Assim, segundo Mendes (2010, p. 2):

No dia 16 de novembro de 1842, Caxias enviou uma relação de oficiais para a Corte na grande maioria com casos de “má conduta”, muitos desses tenentes, capitães e alferes. Caxias um conservador monarquista que desde o nascimento foi moldado pela política e pelos costumes da Corte tinha que “civilizar” seus próprios soldados onde à honra e o dever era servir aos desígnios do Império representado pelo Imperador.

Percebe-se que, de imediato, Caxias procurou impor seu *modus operandis* na íntegra, ou seja, para ele a operacionalidade não poderia existir divorciada da identidade militar que, para ele, teria que ser indelevelmente perpassada pelos ideais da honra e da consciência do dever de servir ao Império, identificado na figura do Imperador Pedro II.

Independente do significativo quantitativo numérico que dispunha, Caxias entendeu necessário buscar mais elemento humano em redutos não militares. Assim, quando visita a colônia de São Leopoldo¹⁰ constata que poderia ser um reduto de fornecimento de novas praças, conforme relata Mendes (2012, p. 3):

⁹ CV-6292, CV-6295, CAXIAS, Barão de. Guerra dos Farrapos, ordens do dia do Gen. Barão de Caxias. 1842-1845. Rio de Janeiro: s.ed., 1945, Ord. nº 3;

¹⁰ A Colônia São Leopoldo se refere ao período em que São Leopoldo (cidade do Rio Grande do Sul) ostentava o título de colônia, recebendo imigrantes alemães para colonizar suas terras. Esse período foi entre os anos de 1824 e 1846. A Colônia São Leopoldo abrangia uma região que ia de Sapucaia do Sul até Caxias do Sul e de Taquara até Montenegro (cidades do Rio Grande do Sul). Essa área era muito maior do que é atualmente o município de São Leopoldo.

Em ofício a José Clemente Pereira, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Caxias informou que a colônia de São Leopoldo poderia tirar uma força de 500 homens, todos bons soldados, aptos para lidar com cavalo. Em 10 de dezembro quando se dirigiu à colônia percebeu o grande número de rapazes “fortes e robustos” que poderiam servir ao Império se recebessem o reconhecimento de cidadãos brasileiros. A colônia de São Leopoldo que existia há 18 anos poderia gerar ao Império 500 soldados.

Convém registrar que os colonos de São Leopoldo não foram somente alvo de Caxias. Também os farroupilhas buscaram seu apoio, ou seja, buscaram arregimentar colonos em suas fileiras e, para isso, em decorrência de a República Juliana não possuir Constituição, utilizavam-se de decretos.

Desse modo, em dez de agosto de 1842, um decreto farroupilha determinava que todos os cidadãos republicanos teriam que pegar em armas contra os soldados do Império, sendo seu recrutamento executado pelos Juizes de Paz, auxiliados pelos chefes e comandantes de polícia. Assim, o decreto citado, rezava em seu artigo primeiro, segundo Mendes (2012, p. 3),

[...] que todos os cidadãos rio-grandenses de idade de quatorze até cinquenta anos, inclusive os oficiais demitidos, e reformados são obrigados a defender a pátria, sacrificando a sua vida, pessoa, e bens [...] seriam considerados traidores da pátria, os indivíduos que prestassem auxílio às tropas imperiais, os que aceitassem emprego ou comissão, os que recebessem anistia imperial.

Todavia, mesmo sob intensa pressão exercida pelos farroupilhas, estes não lograram êxito na obtenção de adesão às suas fileiras, por parte dos habitantes da colônia de São Leopoldo. Houve, ao contrário, um aderir quase que total dos colonos às tropas imperiais e, quando assim não ocorreu, prevaleceu uma oficial atitude de neutralidade, na verdade pseudoneutralidade dos colonos que, segundo Freitas (1997, p. 117), trazia benefícios às tropas comandada por Caxias:

Os principais centros urbanos da época – Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São José do Norte – não apenas deixaram de apoiá-los como lhes foram francamente hostis, tomando as armas ao lado do Império. A Serra e as Missões mantiveram no todo uma atitude de neutralidade que favorecia o Império. Os colonos alemães de São Leopoldo participaram da luta para a expulsão dos farrapos da cidade de Porto Alegre, e depois asseguraram o abastecimento das forças legais. A rebelião, em rigor, apenas prosperou na região da Campanha, notadamente na parte mais próxima da fronteira com o Estado Oriental.

A estratégia usada por Caxias no Sul é semelhante a que usou no Maranhão, quando empreendeu perseguição aos rebeldes balaios e desbaratamento da revolta empreendida por eles. Assim, antes de efetivamente começar os ataques aos farrapos, Caxias determinou uma fase meticulosa de preparação e de planejamento, pois, de acordo com Valente (2019, p. 12), “dotado das qualidades de um exímio chefe militar, Caxias entendia que não podia abrir mão de excelentes condições materiais, sob pena de não obter sucesso nas suas ações”. Corrobora com Valente (2019) o dito por Carvalho (1976, p. 135):

Muito a seu feito, Caxias, antes de desencadear a ação ofensiva das suas forças, precede-a de uma fase de meticulosa preparação. Não quer, como Frederico Guilherme I, que falte um botão no uniforme dos seus soldados. Só depois de atendidas todas as condições materiais de sucesso, é que se lança no encaço do inimigo, e, então, com incrível rapidez. Assim o fez no Maranhão [...] será em grande estilo a mais completa glorificação desse método de vencer.

Outro elemento utilizado por Caxias no combate aos balaios no Maranhão foi também utilizado na guerra contra os farrapos: cooptação de liderança rebelde e sua utilização como perseguidora dos, antes, companheiros de luta. No rio Grande do Sul o nome escolhido foi o de Bento Manuel Ribeiro, sendo essa escolha pautada em observação criteriosa feita por Caxias, visto ser o farroupilha em questão possuidor de “frágil idealismo” (JACQUES, 1980, p. 30) e, dessa forma, mostrava-se versátil em seu comandar, portando-se à semelhança de um pêndulo, ora do lado imperial, ora do lado farroupilha (FRANCO, 2000) e disso, soube se aproveitar Caxias, que “no dia 19 de fevereiro de 1843, em São Gonçalo, declarou efetivamente a participação de Bento Manuel no Estado Maior” (MENDES, 2012, p. 6).

Com Bento Manuel Ribeiro formando a seu lado, Caxias julgou ter chegado o momento de iniciar suas ações. Em fevereiro de 1843, terminou de aparelhar seu exército. Como de costume, o organizou em três divisões, perfazendo um total de oito brigadas e sete mil homens. Era tática usada por Caxias a criação de desconfiança dentro do círculo rebelde e, nessa estratégia, a aliança feita com Bento Manuel Ribeiro lhe foi significativamente satisfatória, visto que o farroupilha “tinha conhecimento e mantinha relações com os caudilhos platinos, o que facilitava a compra da cavahada, além de ser exímio estrategista” (MENDES, 2012, p. 7).

O conflito se revelou difícil, uma vez que os farrapos utilizam ataques de surpresa, a chamada luta caudilhesca, ou tática de caudilho. Um desses ataques, ocorrido em Bagé e

São Gabriel, fez com que tropas comandadas por Caxias amargassem derrota, com destruição do acampamento e apreensão de todos os cavalos, por parte dos farrapos. Após essa derrota, Caxias retorna a São Gabriel e, a partir de então, o exército farrapo contabilizou seguidas derrotas. O ano de 1843 termina com Caxias e suas tropas vivenciando êxito em suas investidas.

Caxias, porém, não concentrou seus esforços pacificadores na Região Sul somente em combates. Ou seja, de acordo com Fausto (2004, p. 93), “ele combinou habilmente uma política de ataque militar e medidas de apaziguamento e, assim, em 1845, após acordos em separado com vários chefes rebeldes, Caxias e Canabarro assinaram a paz”. Chegava ao fim a Guerra dos Farrapos.

Os rebeldes capitularam, mas não o fizeram incondicionalmente. Houve a concessão de anistia geral aos revoltosos, integração dos oficiais revoltosos aos quadros do Exército Brasileiro, respeitando-se as patentes gozadas e, por fim, o governo Imperial assumiu as dívidas da República de Piratini. Caxias, nas palavras de Carvalho (1976, p. 154), “pôde, ao regressar da áspera campanha gaúcha, apresentar a Pátria, de novo fortalecida na sua unidade, e generosamente salva das dissensões e secessões a que esteve arrastada, o Brasil novamente unido, o Brasil integral”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se quão significativa tem sido a ação do Exército Brasileiro, no referente à guarda, segurança e manutenção da integridade do território nacional.

Na figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Exército Brasileiro marcou presença nos conflitos da Balaiada, no Maranhão e da Guerra dos Farrapos, no rio Grande do Sul, trazendo resolução para ambos.

Não se deve esquecer a competência lideracional e a habilidade de negociar presentes em Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Todavia, deve-se sempre atentar para o fato de que se justapôs à operacionalidade do patrono do Exército Brasileiro, a logística imprescindível ao sucesso da instituição à qual pertencia.

Pretende-se que andem juntas as capacidades lideracional e operacional e que, a elas se justaponha o apoio logístico possibilitador às suas concretizações, fato que se observa no Período Regencial brasileiro, quando do processo pacificador empreendido pelo Estado.

REFERÊNCIAS

BORGES, Vavy P. **Que é História**. São Paulo. Brasiliense. 2010.

CARVALHO, Affonso de. **Caxias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo. EDUSP. 2004.

FAORO, Raymundo. **Exército desmobilizado durante o período regencial a partir da criação da Guarda Nacional**. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Fernando R. **Revolução do Porto**. 2002. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/revolucao-do-porto/> Acesso em 29/07/2021.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000, p. 21.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo. Globo Livros. 2014.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico, v.2: Dispersão e Unidade. 8ªed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEYNEMANN, Cláudia B. **Invasões francesas: o sentido das invasões**. 2018. Disponível em http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5228&Itemid=282 Acesso em 29 de julho de 2021.

JACQUES, Paulino. **Dois gigantes do civismo brasileiro: Luís Alves de Lima e Silva [e] Antônio de Castro Alves**. [prefácio de Humberto Grande]. Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 30.

MAXWELL, Kenneth. Condicionismos da independência do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz N da (coord.). **O império luso-brasileiro: 1750-1822**. Lisboa: Estampa, 1986, p. 382.

MENDES, Jeferson dos S. **O barão de Caxias e a guerra contra os farrapos: suas operações militares e organização do exército na província do Rio Grande do Sul**. X encontro Nacional de História – O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS.

PEIXOTO, Paulo Matos. Caxias. **Nume Tutelar da Nacionalidade**. Rio de Janeiro: Edico, 1973, v.1, p.126.

PICHETH, F. M. **PeArte**: um ambiente colaborativo para a formação do pesquisador que atua no ensino superior por meio da participação em pesquisas do tipo estado da arte. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=pearte-um-ambiente-colaborativo-para-a-formacao-do-pesquisador-que-atua-no-ensino-superior-por-meio-da-participacao-em-pesquisas-do-tipo-estado-da-arte>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SOUZA, A. B et al (2017) **Pacificar o Brasil:** das Guerras Justas às UPP's. São Paulo Alameda, 2017

VALENTE, Rúben F. **A importância da defesa ao longo da história do Brasil:** a atuação do duque de Caxias na manutenção da integridade do território nacional. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2019.

WERNET, Augustin. **O Período Regencial:** (1831 – 1840). São Paulo. Global. 1997.